

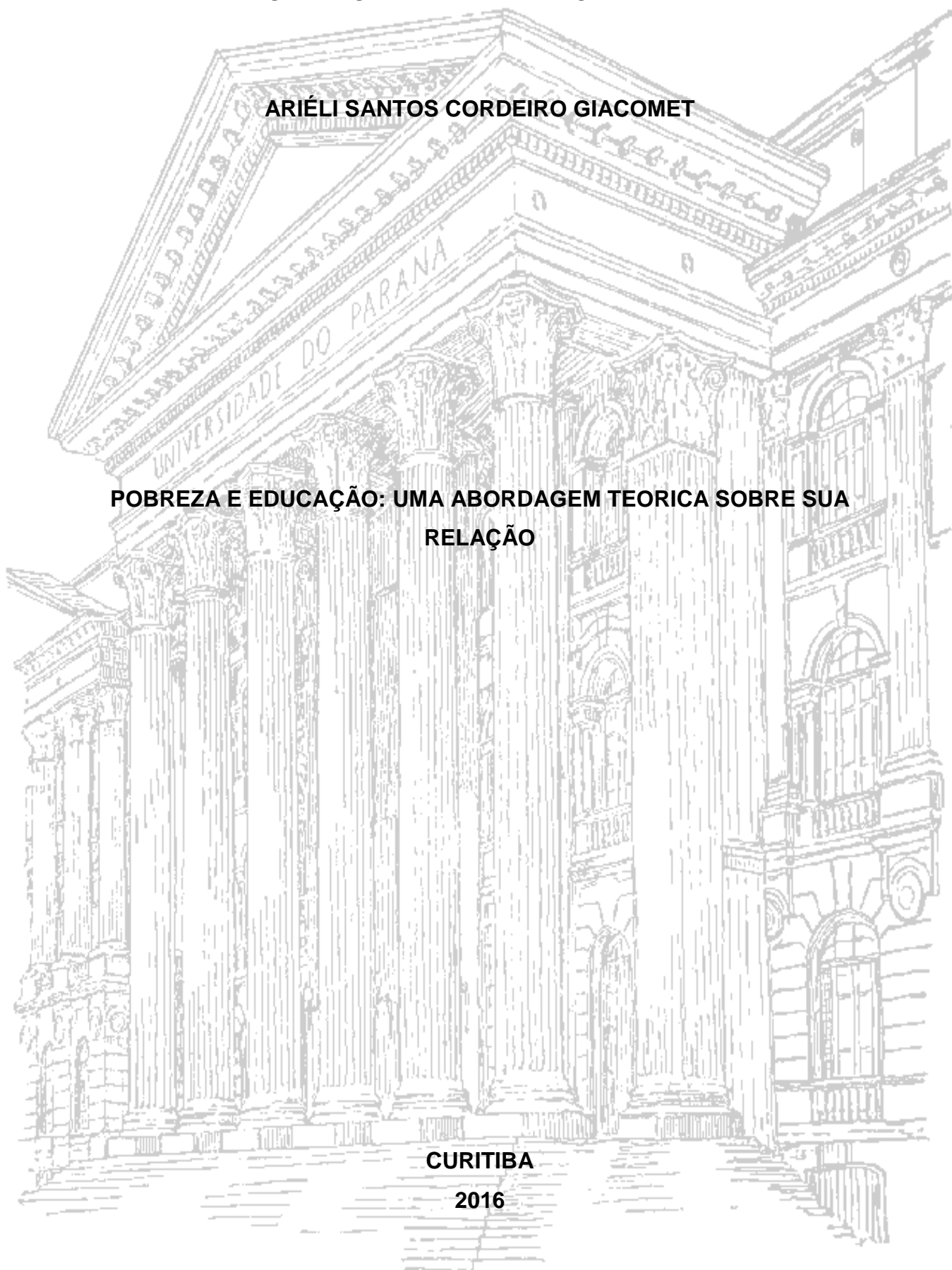
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARIÉLI SANTOS CORDEIRO GIACOMET

**POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM TEORICA SOBRE SUA
RELAÇÃO**

CURITIBA

2016



ARIÉLI SANTOS CORDEIRO GIACOMET

**POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM TEORICA SOBRE SUA
RELAÇÃO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof (a). Ms (a). Juliana Pereira Franco de Oliveira

CURITIBA

2016

POBREZA E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM TEORICA SOBRE SUA RELAÇÃO

Ariéli Santos Cordeiro Giacomet

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre a relação entre educação e pobreza. Para essa reflexão foi realizado levantamento bibliográfico de obras e autores que trabalham com essa temática como Saviani (2003), Freire (2007), Rocha (2006) entre outros. Busca-se trazer à tona uma discussão teórica sobre o que é a pobreza, seu significado polissêmico e suas múltiplas facetas que apontam para variadas dimensões, bem como o papel da escola enquanto espaço no qual a educação e a pobreza se relacionam de forma direta. O objetivo desse artigo é realizar uma reflexão sobre a relação pobreza e educação e o papel da escola nesse processo. A pesquisa questiona: Qual a relação entre a pobreza e a educação? Qual o papel da escola nesse processo? A escola constitui-se como espaço de direito de escolarização de crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social ou não. O papel da escola é essencial na sociedade, seu compromisso vai além do ensinar. A escola exerce forte presença na formação do caráter, valores e princípios morais, exerce também o papel de acolher, tarefa difícil, mas essencial. A escola e seus educadores precisam diferenciar o incluir do excluir, ensinar a dialogar, ouvir, discutir, levantar problemáticas, entender de seus direitos e deveres, para que assim ela possa tratar de forma significativa a relação entre pobreza e educação.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Vulnerabilidade Social.

1 INTRODUÇÃO

O artigo discute a problemática da relação pobreza e educação, especificamente na relação presente no ambiente escolar - abordando reflexões sobre a pobreza e as suas implicações na escola. Esse tema se torna de suma importância para entendermos os enfrentamentos da educação frente a pobreza e o

papel da escola como formadora de sujeitos, sendo esses sujeitos, sujeitos em classe. A escola no seu papel de educar deve transmitir o conhecimento socialmente produzido, trazer as potencialidades humanas ao alcance de todos, o contato com livros, tecnologia, cultura, também fazem parte desse fazer escolar pois muitas vezes dada a situação social dos sujeitos, isso pode não ser acessível fora desse ambiente.

Para discutir como a educação se torna primordial aos alunos em situação de extrema pobreza o artigo questiona: Qual a relação entre a pobreza e a educação? Qual o papel da escola nesse processo?

Além de todas as dificuldades materiais que a pobreza traz, há também as questões sociais, que muitas vezes, pautadas no senso comum de que a pobreza é uma condição inerente aos sujeitos, traz uma estagnação socialmente aceita. É preciso superar essas barreiras, ainda mais no ambiente escolar. Por isso entendemos que a pobreza e a educação estão intimamente relacionadas.

A vulnerabilidade social de crianças e adolescentes tem se tornado uma temática desafiadora em escolas públicas brasileiras. A escola pública, pela sua própria vocação, constitui-se como espaço de direito de escolarização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou não. De dentro dela mesma podem surgir estratégias de busca de direitos ou, no mínimo, de análise das possíveis causas do risco de exclusão social e de fortalecimento frente aos riscos de vulnerabilidade. Keil (2011, p. 23) aponta como uma dessas estratégias de enfrentamento da conjuntura histórica o desenvolvimento local. Afirma ainda que esse desenvolvimento tem como centro os indivíduos e o ambiente.

Assim, a escola poderia ser um espaço em que as classes sociais mais vulneráveis poderiam perceber-se e fortalecer-se como sujeito de direitos e implementar o desenvolvimento dessa concepção. “Princípios como solidariedade, cooperação, hospitalidade incondicional, autonomia, entre outros, são os fios e a agulha que o tecem” (Keil, 2011, p.23).

Em decorrência, a escola tem, ou deveria ter, como seu principal alvo crianças, jovens e adultos em suas necessidades específicas e em suas possíveis vulnerabilidades. Políticas públicas têm surgido em favor de crianças e adolescentes com o intuito de protegê-las de vulnerabilidades. E as escolas públicas são espaços propícios de execução e de tecimento dessas políticas e de desenvolvimento de conceitos não apenas teóricos de cidadania.

Dentro da escola pode-se conhecer e discutir os direitos que embora garantidos por lei, muitas vezes não se observam na prática, o entendimento das causas da pobreza e da exclusão social. Keil (2011, p.23) aponta como uma das estratégias de enfrentamento da conjuntura histórica o desenvolvimento local. Afirma ainda que esse desenvolvimento tem como centro os indivíduos e o ambiente. Assim, a escola poderia ser um espaço em que as classes sociais mais vulneráveis poderiam perceber-se e fortalecer-se como sujeito de direitos e programar o desenvolvimento dessa concepção. Ainda que essa seja uma estratégia possível, é comum perceber que a relação entre educação e pobreza não é tão direta no trabalho efetivo da escola e que essa relação ainda necessita ser aperfeiçoada para que o proposto por Keil (2011) possa se efetivar.

Para tratar essa relação entre pobreza e educação no ambiente escolar iniciamos um estudo bibliográfico sobre pobreza e sobre educação depois discutimos como se dá essa relação e por fim apresentamos as considerações sobre esse estudo no que diz respeito ao conceito dos temas e sua relação.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA E EDUCAÇÃO

2.1 Pobreza

O conceito de pobreza não é facilmente definido, é um fenômeno complexo, com múltiplas facetas, devendo ser avaliado em todo seu contexto socioeconômico. Tal como entende Rocha, “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2006 p.11).

Vários autores e abordagens buscam conceituar a pobreza, Rocha (2006) apresenta a mais usual, ou seja: a que utiliza como critério definidor a renda e a que vai dimensionar a pobreza a partir das necessidades básicas (basic needs). Assim temos a abordagem cujo foco é o confronto entre a pobreza absoluta e a relativa, na qual podemos diferenciar o conceito de pobreza em duas classificações: - a pobreza absoluta – que diz respeito às questões que colocam em risco a sobrevivência física, pelo não atendimento às necessidades básicas; e a pobreza relativa – que diz respeito ao social, ou seja, “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social” (ROCHA, 2006, p.11).

A abordagem de definição de pobreza pautada nas necessidades básicas adota uma perspectiva multifacetada do fenômeno, pois abre variadas possibilidades. No entanto o que seria considerado “necessidades básicas” situam historicamente o fenômeno da pobreza, sendo que as necessidades alimentares de sobrevivência também são construídas socialmente, não são simplesmente fisiologicamente determinados.

Em países com a renda média, calculada por sua renda per capita, como o Brasil, Rocha (2006) conclui que é adequado utilizar as linhas de pobreza absolutas, que são definidas a partir da composição do consumo observado em populações de baixa renda, para delimitar as subpopulações (pobres e indigentes) destinatárias de políticas públicas.

A pobreza no seu sentido etimológico vem do latim probe, proueza (s. XIII) e significa “falta daquilo que é necessário à vida” (CUNHA, 2007, p. 37).

A pobreza não tem haver somente com o financeiro de uma pessoa, ela atinge também o social, o psicológico, assim provocando tantas desigualdades sociais.

Quando o assunto é pobreza, é comum associar a palavras como: fome, miséria, necessidade, falta de recursos financeiros, indigência. No entanto essas palavras isoladamente não conceituam a pobreza. Esse tema é complexo e defini-lo não é uma tarefa simples. A definição de pobreza depende do contexto de determinada sociedade, ou seja, está relacionada aos seus recursos materiais, às políticas e desenvolvimento social e produtivo.

Em resumo, pode-se afirmar que a pobreza deve ser considerada com base em uma perspectiva não somente econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência. A pobreza abrange aspectos sociais e históricos que levam em consideração o aspecto de vida dos sujeitos, tal como apresenta Rocha 2006 no conceito de pobreza relativa.

Na maioria das vezes, quem se encontra em situação de extrema pobreza, também se encontra em estado de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social é um conceito sociológico que designa os grupos sociais e os locais dentro de uma sociedade que são marginalizados, aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam ter dentro de um mundo civilizado. Vulnerabilidade social refere-se então a - condição em que se encontram as classes mais pobres - e menos favorecidas da sociedade.

Algumas das principais características que marcam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de um ambiente familiar, bem como o acesso a uma educação de qualidade.

Todos esses fatores compõem o estágio de risco social, ou seja, quando o indivíduo deixa de ter condições de usufruir dos mesmos direitos e deveres dos outros sujeitos, devido ao desequilíbrio-socioeconômico instaurado. As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que estão perdendo a sua representatividade na sociedade, e geralmente dependem de auxílios.

A vulnerabilidade social é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, - pautadas no valor equivalente a meio salário mínimo. Essa definição é utilizada já que o salário mínimo é a unidade salarial legal mais baixa. O grupo em vulnerabilidade social encontra-se em acentuado declínio do bem-estar básico e de direito dos seres humanos. (ROCHA, 2011, p.33)

Assim a vulnerabilidade social pode se manifestar em dois planos: estrutural e subjetivo. No plano estrutural, pode ser dada por uma mobilidade descendente e, no plano subjetivo, pelo desenvolvimento de sentimentos de incerteza, insegurança, de não-pertencimento a determinado grupo, de fragilidade dos atores. E, os jovens, como a mídia, a sociedade e todos apregoam, são fonte de potencialidade. Isso é uma condição óbvia dada à idade, a vitalidade do jovem, mas a vulnerabilidade social tira essa potencialidade inerente aos jovens e os atira ao poço da incerteza.

2.2 Educação e o educar

Quando falamos de educação estamos falando de formação de sujeitos nesse sentido, sob o sistema capitalista de produção a escola é a responsável pela formação dos sujeitos em classe. Portanto, tratar da educação é tratar da escola.

Para Savani (2003) o homem é capaz de elaborar ideias, possíveis atitudes e uma diversidade de conceitos, por isso a educação é concebida como “produção do saber”. O ensino como parte da ação educativa é visto como processo, no qual o professor é o "produtor" do saber e o aluno "consumidor" do saber. A aula então é produzida pelo professor e consumida pelo aluno. O professor por possuir competência técnica é o responsável pela transmissão e socialização do saber

escolar, cabendo ao aluno aprender os conteúdos para ultrapassar o saber espontâneo (SAVIANI, 2003).

Paulo Freire (2007) acredita que a Educação é um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural e afirma: *“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”* (Freire, 2007, pg 11)

Educar é entender e transformar o mundo e a si mesmo, compartilhar mais do que o conhecimento, compartilhar ideias e mudar o dia a dia dos alunos, os tornando críticos e sujeitos conhecedores de seus direitos e deveres para com o mundo.

Paulo Freire nos faz pensar que o educar para a ruptura, para a rebeldia, para a recusa; é fazer da educação, tanto formal, quanto não-formal, um espaço de formação crítica. Segundo o autor:

“Crítica e cidadã, e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação, educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto, é uma educação para a sustentabilidade” (Freire, 2007. Pag. 11)

No modo de produção capitalista a educação é tida como educação escolar. A escola pública, que deveria ser igual para todos, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade. O processo de escolarização, ao longo da história, foi também o processo de aniquilamento de muitas culturas tradicionais, com suas formas distintas de pensar e viver o mundo, trazendo, como consequência, um rastro de violência e autoritarismo cultural e social.

Paulo Freire (1975, p. 30) expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. A escola é um espaço de relações, representações sociais e reprodução da educação, cada escola é fruto de sua história, seu projeto e de seus educadores, assim, contribuindo para transformações sociais, como formadora crítica e criativa. Paulo Freire foi um defensor da escola pública, que é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela. A escola pública do futuro,

numa visão cidadã freireana, tem por objetivo oferecer possibilidades concretas de libertação para todos.

2.3 A Relação entre pobreza e educação

A pobreza não pode ser vista somente como uma questão de renda, mas também uma questão de oportunidades e direito, os quais nem sempre são adquiridos por um pré-conceito julgador, baseado somente em aparências.

A educação entendida como interações sociais com as quais as pessoas procuram modificar o comportamento, em sentido mais amplo, entende-se neste artigo educação como o conjunto de processos que modificam a existência e o comportamento individual da pessoa.

A escola faz parte de um contexto social múltiplo que envolve diferentes realidades. Essa diversidade social frequentemente é alvo de comparações, desigualdades e preconceitos, e a escola, sendo parte da sociedade, sofre reflexos dessas desigualdades.

Nos dias de hoje, o maior desafio da escola formal é desenvolver conteúdos que levem em conta a diversidade de seu público e as diferentes capacidades e necessidades que ele expressa. Incluindo a situação de pobreza e vulnerabilidade social. A escola é um dos principais meios para a criança pobre educar-se, é fato que precisa tomar consciência e adequar-se a essa realidade.

Desde o seu surgimento, a escola é a instituição que define e normaliza a educação dita como formal. No contexto contemporâneo, a importância e valorização da escola se generalizou em todas as camadas da população, uma vez que o acesso a um padrão de educação formal passou a ser um requisito para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e para o cumprimento do seu papel de cidadão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de pobreza vai muito além da renda, envolve a exclusão da pessoa que acaba não tendo direitos mínimos de todo ser humano, não tendo condições de sair dessa situação.

Este artigo teve como foco a reflexão sobre a relação educação e pobreza. Vimos que o conceito de pobreza vai além da renda, dependendo do contexto que a

própria sociedade determina, podendo ser relativa ou absoluta e que a questão da vulnerabilidade social pode se manifestar em dois planos: estrutural e subjetivo. Assim ela pode ser medida através da linha de pobreza. Por conseguinte, entendemos que a educação no capitalismo é a educação escolar e que o papel que se espera da escola é o de formar sujeitos com autonomia para construir seu conhecimento e criticidade em relação à sua condição de vida de modo a transformá-la, mesmo porque a educação ultrapassa os muros da escola.

Tendo como base as reflexões feitas neste artigo pode-se concluir que a educação é um poderoso instrumento no desenvolvimento da pessoa, ela se dá em todos os setores da sociedade, a criança em situação de pobreza tem na escola uma chance de mudar sua condição, visto que a desigualdade social, muitas vezes, se torna uma barreira para a educação.

Não é tarefa fácil articular a pobreza e a educação, não nos moldes em que a sociedade nos coloca.

Por fim entendemos que um possível passo para superar essa dificuldade é o de superar os obstáculos encontrados pelos educadores para relacionar pobreza e educação de forma profunda e superar o senso comum. Essa superação passa pelo estudo vertical desses temas no processo de formação dos educadores e na formação continuada.

A proposta de inclusão do aluno em situação de pobreza é uma inclusão histórica e que precisa estar relacionada ao desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que contribuam para que esses sujeitos que vivem e vivenciam a extrema pobreza tenham garantido não apenas o acesso a escolarização, mas a educação no sentido do seu desenvolvimento humano.

Mas o direito dos sujeitos pobres a igualdade, sem interiorização ainda tem longo caminho pela frente, precisa romper com a concepção moralizante de pobreza, com a hegemonia do conhecimento, da visão segregadora dos pobres, que considera que os pobres não produzem conhecimentos válidos. Analisar os bloqueios do conhecimento moderno frente a pobreza seria uma pré-condição para aproximarmos-nos da possível relação entre educação e pobreza.

E por fim esta pesquisa não esgota as possibilidades de reflexão sobre a educação e a pobreza, nesse complexo e amplo olhar para as diferenças.

REFERÊNCIAS E LEITURAS COMPLEMENTARES

AMBROMOWAY, Miriam, et al. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina; desafios para políticas públicas**. Brasília. UNESCO. BID. 2002. 192 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexion Editora Digital, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. _____, **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

_____, **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____, **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAZTMAN, Ruben. **Vulnerabilidad y Exclusión social. Uma propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares** 2005

KEIL, Ivete Manetzeder. **Direitos humanos e desenvolvimento local**. In.: VIOLA, Solon Eduardo Annes, ALBUQUERQUE, Marina Z. **Fundamentos para Educação em Direitos Humanos**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Sentido da Pedagogia e papel do pedagogo**. Revista ANDE, nº 09, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia** (edição comemorativa). Campinas, São Paulo: autores associados, 2003.